

# Fernando Henrique: Governo tenta anular Carta

Denúncia vem junto com anúncio de decreto legislativo para revisão do ato que mudou o CSN



O monarchista Cunha Bueno, sob o olhar atento do filho Antônio Silvio, de dois anos, foi dos últimos a assinar a Carta

## Texto na gráfica sem sete nomes

Os cinco originais do texto da nova Constituição foram encaminhados ontem para a finalização do trabalho de impressão na gráfica do Senado sem as assinaturas de sete constituintes. O último a autografar o texto no Salão Negro do Congresso, às 16h35, foi o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), que só interrompeu a campanha à prefeitura de Teresina, após ser preterido pelo próprio presidente Ulysses Guimarães.

Levei um cartão ontem pelo telefone de Ulysses e não podia deixar de atender a um apelo de um homem como ele — comentava Heráclito. Com a chegada do deputado piauiense, restou um único candidato a prefeito na lista dos faltosos: o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que concorre à prefeitura de Belo Horizonte.

Os retardatários terão uma chance final de assinar o texto hoje, na Gráfica do Senado. Quem não aparecer vai ter o seu nome riscado da lista de signatários da nova Carta. Dois fortes candidatos a esta eleição são os campeões de faltas Mário Bouchardet (PMDB-MG) e Felipe Chelidde (PMDB-SP).

Chelidde chegou a enviar uma carta a Ulysses anunciando a sua intenção de não assinar o texto e Bouchardet não foi sequer localizado pelos funcionários encarregados de solicitar a presença dos constituintes em Brasília até ontem. Outro que

provavelmente não assinará a Constituição é o deputado Jessé Freire (PFL-RN), internado em Natal com leucemia.

Dezenove constituintes deixaram para o último dia a assinatura do texto e quatro só apareceram quando faltava menos de meia-hora para o prazo final, marcado para as 16 horas. As 15h35, entrou no Salão Negro o deputado monarchista Cunha Bueno (PDS-SP), acompanhado pela esposa Carolina e pelo filho de dois anos Antônio Silvio. Quando todos pensavam que Cunha Bueno tinha sido o último a assinar antes de os originais serem encaminhados para a Gráfica, apareceu o deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE); primeiro de Cunha Bueno. Acompanhado pela esposa e os dois filhos, Fernando, 4 anos, e Pedro, 1 ano e meio, o deputado Fernando Bezerra fez questão de posar com a família para fotos e assinou o texto com três canetas diferentes, que deixará de herança aos filhos.

Os originais já estavam envelopados quando chegou o penúltimo retardatário, deputado Pedro Ceolin (PFL-ES), que repetiu o ritual da troca de canetas. Ceolin colocou suas dez assinaturas com quatro canetas, para levar como lembrança ao filho Plácido e aos netos.

### DE CABRAL A ULYSSES

O único a assinar o texto no dia da promulgação será o deputado Ulysses Guimarães. O primeiro a assinar a nova Carta foi o relator Bernardo Cabral, no dia de maior movimentação no Salão Negro. Na abertura dos trabalhos de coleta de autógrafos, 156 constituintes assinaram o texto, transformando a tarefa em uma grande festa de despedida.

Para a maioria dos senadores e deputados, essa etapa dos trabalhos terminou por se transformar em um momento especial. Grande parte deles aproveitou a oportunidade para levar a família inteira, que durante a assinatura posou para fotos. Outros até mesmo se emocionaram, como a tucana Anna Maria Rattes (RJ), que chegou às lágrimas ao pegar a caneta. A deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) não perdeu tempo e prestou uma homenagem ao pai Juscelino, assinando sua participação na elaboração da Constituição com a mesma caneta utilizada por ele, para assinar a Constituição de 1946 e a transferência da capital para Brasília.

### NÃO ASSINARAM

- Felipe Chelidde (PMDB-SP)
- Gandi Jamil (PFL-MS)
- Hélio Duque (PMDB-PR)
- Jesé Freire (PFL-RN)
- Mário Bouchardet (PMDB-MG)
- Virgílio Guimarães (PT-MG)
- Ivan Bonato (PFL) — suplente do ex-ministro Jorge Bornhausen

## OAB diz que direito não é subversão

Porto Alegre — No discurso de abertura da XII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a primeira simultânea à promulgação de um novo texto constitucional, o presidente do Conselho Federal, Márcio Thomaz Bastos, enfatizou, referindo-se ao relatório secreto elaborado na XVII Conferência dos Exércitos Americanos, realizada no ano passado na Argentina, que "não podemos admitir que a defesa da incorporação da maioria no processo político e econômico seja acusada espertamente de traição à Pátria ou aliança com forças subversivas internacionais".

As salientar que a promulgação da nova Constituição deve representar "o fim do mais longo, difícil e injusto período do autoritarismo na história do Brasil", Márcio Bastos salientou que a Assembleia Constituinte congrega todas as tendências, num debate que ele classifica de "civilizado e de convivência democrática", e que portanto, a defesa das teses progressistas, "que aliás têm adeptos em todos os partidos, não pode ser deliberadamente confundida com a subversão, para favorecer a defesa de privilégios".

O presidente do Conselho Federal da OAB recordou, ainda, o "assassinato não desvendado de dona Lida Monteiro Silva — secretária da entidade morta ao abrir uma carta-bomba endereçada à Ordem, no começo dos anos 80 — e destacou que o País testemunhou também "a farsa da supuração do atentado ao Rio-centro".

Acrescentou que a nova Constituição reflete a transição política do País e condenou "as forças conservadoras que, alegando falha de homogeneidade e harmonia da Carta, já começam a contestá-la. No mesmo trecho de sua fala, o advogado ressaltou que estas forças "criticam o que a Carta tem de melhor, que são as conquistas no plano dos direitos individuais e sociais, pois o que as preocupa não é a ausência de harmonia, coerência e lógica, mas sim a diminuição de privilégios".

### Soldo militar irrita Genuíno

O presidente José Sarney está criando casuísticas legais para descumprir antecipadamente a nova Constituição". Assim reagiu o deputado José Genuíno (PT-SP), que acompanhou a questão das Forças Armadas na Constituinte desde a fase das subcomissões ao saber do decreto presidencial assinado na sexta-feira, para aumentar os salários dos militares. A lei entrou em vigor ontem e tem o objetivo de compensar a perda salarial do militar com a cobrança do Imposto de Renda sobre toda sua remuneração, que entrará em vigor com a promulgação da nova Carta no dia cinco.

Pelo decreto, já está valendo o aumento de três indenizações dos militares: a de desempenho, a de inatividade (concedida aos militares da reserva) e a de habilitação militar (cursos feitos nas Forças Armadas). Atualmente, esta parte do salário — as indenizações — não é tributável. O Imposto de Renda incide apenas sobre o soldo e as gratificações, que representam cerca de 30% da remuneração de um militar. Com o aumento, que chega a dobrar o valor de algumas indenizações, fica compensada a mordida do Leão no bolso do militar.

"Isto é uma burla que mostra que temos uma ditadura militar num Governo civil e que o poder militar no Brasil não quer recuar nada, nem mesmo aquilo que defenderam na Constituinte", acusa o deputado José Genuíno.

Porto Alegre — O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) denunciou ontem nesta capital que está havendo uma tentativa do Governo de desmoralizar a nova Constituição para "impedir que ela tenha efeitos práticos". Segundo ele, esta tentativa, feita "pelo Governo e com apoio de alguns juristas", parte de "uma mentalidade que não admite que o Legislativo tenha poder real".

Dizendo que "a cada dia sai do Planalto um ato desrespeitando ou invadindo o poder de algum dispositivo da nova Constituição", Fernando Henrique deu como exemplo o decreto-lei que transformou em secretaria o Conselho de Segurança Nacional. O senador diz que o presidente Sarney invadiu terreno constitucional, porque esta decisão só poderia ser feita por lei e que a secretaria recém-criada tem atribuições coincidentes com as do Conselho de Defesa previstas na nova Carta. Por isto, Fernando Henrique anunciou que já no dia 6 de outubro vai entrar com um projeto de decreto legislativo pedindo a mudança da medida presidencial.

Ele advertiu que "o maior risco que corre a nova Carta é o da

desmoralização, porque se ela não for cumprida será letra morta". Alerta ainda que a principal tarefa do Legislativo "será fazer valer nossos poderes constitucionais".

Fernando Henrique observou que a próxima reunião do Conselho Monetário, ainda neste mês, "não poderá determinar nenhuma norma regulamentar que seja de atribuição do Congresso Nacional". Realizada já com a nova Constituição em vigor, a reunião, no seu entender, "não passará de mais um encontro dos membros de uma verdadeira câmara corporativista que nunca se reuniu de fato, e onde as decisões sempre foram tomadas aleatoriamente, com pseudo-reuniões por telefone".

O senador associa a postura do Conselho ao que chama de "mentalidade autoritária, que não aceita que poderes do Executivo passem para o Legislativo". Para ele, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Humberto Lucena, presidente do Senado, devem adotar posições fortes de combate aos procedimentos administrativos do Governo que, segundo diz, "ferem a Constituição, com a insoficiência de homens como o senhor

Saulo Ramos e o ministro Antônio Carlos Magalhães".

No Rio Grande do Sul, o líder dos tucanos cumpriu um roteiro político intenso, que começou com a participação no Seminário Estadual do PSDB gaúcho, ontem à tarde, na Assembleia Legislativa. Depois participou da abertura da Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, onde será palestrante hoje. No seminário estadual, Fernando Henrique se encontrou com o candidato da Frente Popular e presidente nacional do PT, Olívio Dutra, que é apoiado pelos tucanos em Porto Alegre. Ao comentar esta aliança, Fernando Henrique não demonstrou entusiasmo, dizendo apenas que "é uma decisão do diretório regional, que tinha autonomia para isto".

O roteiro no Rio Grande do Sul incluiu a participação em vários comícios no interior. Um roteiro típico de candidato a presidente da República, condição que o senador não assumiu publicamente, dizendo que esta definição só será tomada pelo partido após as eleições municipais. Entretanto, garantiu que independentemente de nomes, "o PSDB terá candidato próprio a Presidente".

## Ulysses pede ajuda a advogados

GUSTAVO KRIEGER Correspondente

Porto Alegre — O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, falando ontem na abertura do 12º Congresso Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Porto Alegre, pediu aos advogados que sejam "os guardiões da nova Constituição" contra as dificuldades que haverá para sua implantação. Ele admitiu que "há e haverá obstáculos, como tantos houve. Os arautos do imobilismo procurarão meios e modos para desfazer as nossas conquistas. Haverá tentativas de que esta Constituição, construída de baixo para cima, com cheiro de boi e de Brasil, não alcance toda a sua eficácia". Por outro lado, Ulysses ressaltou que não vê crise entre o Governo e a Constituinte, "até porque o presidente Sarney declarou que seu objetivo é cumprir a Constituição".

Para Ulysses, todos deveriam esperar a promulgação da nova Constituição antes de tentarem medidas contra ela. "Finalmente, só aí o texto estará em vigor", observa. Ele rejeitou as críticas dos empresários aos avanços sociais concedidos pela nova Carta, afirmando que "quem estava pagando o custo social era a miséria do povo. Não podemos continuar a conviver com uma Nação que é a oitava economia do mundo e uma das mais atrasadas em termos sociais".

Aludindo aos advogados, ele defendeu a nova Carta, que definiu como uma "Constituição cidadã, moderna e progressista". Mas advertiu que "a travessia democrática, contudo, permanece. Há agora uma nova luta, na qual são essenciais os pioneiros da democracia, os advogados".

Acionário de outros políticos presentes à conferência, Ulysses não admitiu a existência de uma crise entre o Governo e a Constituinte, apostando no compromisso do presidente Sarney de aprovar a nova Carta.

O Congresso Nacional da OAB está reunido em Porto Alegre advogados e lideranças políticas de todo o Brasil. Na abertura ontem à noite, além de

EUGENIO NOVAES



Ulysses não vê problema no relacionamento com o Governo

Ulysses estavam presentes o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, o governador gaúcho Pedro Simon, o líder do PMDB, Nelson Jobim, e deputados federais e senadores de todo o País.

A nova Constituição vem sendo o principal tema nas discussões e o presidente nacional da OAB, Márcio Thomaz Bastos, fez uma censura energética aos que estão tentando atingir a nova Carta antes de sua promulgação. Ele disse em seu discurso na cerimônia de abertura do congresso que "é preciso que

adotemos uma posição de censura — forte e nítida — àqueles que antes de o texto entrar em vigor, já estão procurando os meios e modos, sejam quais forem, de o tornarem ineficaz ou inoperante. São os mesmos que durante o período de elaboração da Carta, já diziam que o País seria ingovernável com ela. São os que escamoteiam, subvertem, procuram atalhos e desvirtuam para que a Constituição não seja cumprida e portanto não seja o ponto de partida para a construção de uma democracia de massas no Brasil".

## PMDB fica em posição de defesa

Porto Alegre — O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, confirmou ontem em Porto Alegre que o partido está preparando medidas judiciais para recorrer contra tentativas do Governo de passar por cima da nova Constituição. Jobim não quis antecipar as medidas, dizendo que o PMDB só agiria depois do Governo, mas reafirmou que o partido está pronto a atuar se for necessário.

O que alertou o líder peemedebista foram as posições assumidas pelo consultor-geral da

República, Saulo Ramos, contra pontos da nova Carta. Jobim diz que "por enquanto o Saulo está só no discurso", mas que se ele passar à ação o PMDB vai se posicionar. Por enquanto, ele não quer avançar projeções sobre qual será a atitude do Governo.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), advertiu ontem em Porto Alegre que "o Governo deveria esperar um pouco antes de atacar a Constituição" e afirmou que podem haver "alguns assessores do Presidente

da República" interessados em patrocinar um conflito entre o Executivo e a Constituinte. Ele lembrou que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, falou a poucos dias em nome do Presidente garantindo que a nova Carta será respeitada. Por outro lado, lembrou que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, é muito amigo de Sarney e ocupa um cargo de confiança, o que impediria de se manifestar sem ouvir o Presidente, porque "o Saulo é um homem inteligente e preparado. Não faria qualquer coisa para ultrapassar o sinal".

## Sarney será leal, diz Brossard

Porto Alegre — "A mensagem que trago do Presidente da República é clara: promulgada a nova Constituição, ela deve ser interpretada com lealdade e aplicada com isenção". A manifestação foi feita pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, ontem à noite, em Porto Alegre. Brossard repre-

sentou o presidente José Sarney na abertura do 12º Congresso Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brossard frisou que "ful autorizada pelo Presidente da República a declarar que o propósito do Governo é no sentido da plena observância, tão

logo seja promulgada a nova Constituição". Ele diz que esta boa vontade do Governo já vem se manifestando em algumas áreas, onde o Executivo está tomando a iniciativa de se adequar para que não haja solução de continuidade depois da promulgação da nova Carta.

## Ordem levará ações ao Supremo

Porto Alegre — A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai criar uma câmara constitucional para analisar, selecionar e encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) as arguições de inconstitucionalidade que vão surgir após a promulgação da nova Constituição. A Câmara, que deverá ser formada por especialistas em Direito Constitucional, como os juristas Evandro Lins e Silva e Miguel Seabra Fagundes, também vai apreciar e dar orientação jurídica a quem recorrer às inovações previstas na nova

Carta, como o mandato de injunção, o habeas-data e o mandato de segurança coletiva.

A informação foi dada pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomaz Bastos, durante a XII Conferência Nacional da entidade, aberta ontem em Porto Alegre. Segundo Márcio Thomaz Bastos, até o fim do encontro, quinta-feira, a Câmara deverá estar constituída, com cerca de 10 membros. A principal função do novo organismo será apontar os casos em que as ações de inconstitucionalidade podem ser aplicadas.

Pela nova Constituição, entidades como a OAB podem propor as ações de inconstitucionalidade por omissão ao STF e não será mais possível ao procurador-geral da República arquivar os pedidos, emitindo apenas parecer a respeito. Para o presidente da OAB, serão muitas as ações e a entidade, além de garantir o acesso gratuito da sociedade, vai contribuir para que não haja acúmulo de pedidos no STF.

## Regulamentação agora é preocupação maior

O Congresso Nacional deve se preocupar, a partir de agora, com a elaboração das leis complementares e ordinárias para completar, no máximo até o dia 5 de dezembro próximo, o ordenamento constitucional do País. Essa posição é defendida pelo deputado Jorge Leite (PMDB/RJ), que entende primeiro ser necessária a regulamentação dos dispositivos que tratam das questões sociais e trabalhistas, como o direito de greve.

Para o deputado, a nova Constituição, que será promulgada na próxima quarta-feira, não surtirá efeito sem ser regulamentada, e a demora pode ocasionar o seu descumprimento e desuso. Ele acha, inclusive,

que o Governo tem razão ao utilizar a figura da Medida Provisória com Força de Lei (MPFL) para regulamentar o novo texto constitucional, porque o País não pode ficar esperando pela definição de determinados preceitos da nova Carta Magna.

A questão do tabelamento dos juros reais em 12 por cento ao ano, segundo ele, precisa ser mais discutida antes de ser regulamentada. No entender do parlamentar peemedebista, a medida foi precipitada, porque deveria ter sido remetida para discussão junto com a reforma bancária que está sendo estudada pelo Governo para adaptar o sistema financeiro ao novo ordenamento jurídico do País.

Já temas como "habeas-data", que dá direito à pessoa de saber as informações a seu respeito em poder dos órgãos de segurança, e o mandato de injunção, devem ser regulamentados o mais rápido possível, para dar condições aos tribunais de julgarem os pedidos que serão feitos, porque existe uma ansia muito grande a esse respeito.

Jorge Leite acha que os deputados devem participar das campanhas eleitorais para prefeito e vereador, mas entende também que não é possível deixar a Constituição sem regulamentação. As duas coisas devem ser compatibilizadas, concluiu o parlamentar carioca.

saio fotográfico sobre a Constituinte com textos de análises sobre o processo constitucional.

O grande impacto e repercussão obtidos pelo CEAC foi por meio de seus 12 boletins editados nas fases mais importantes do trabalho e que chegaram a atingir uma circulação de 10 mil exemplares, distribuídos para cerca de 100 entidades nacionais, que se mantiveram constantemente informadas sobre as atividades parlamentares durante todo o processo.

### INTERDISCIPLINAR

O professor lembra que o CEAC nasceu como fruto de uma proposta do curso Constituinte e Constituição, realizado pela UNB e de um estudo elaborado pelos professores Sadi Dal Rosso e Moisés Quadros. Todo o acompanhamento foi feito de modo interdisciplinar, envolvendo outras entidades, como o DIAP, e até mesmo algumas universidades.

## Suplente participa da Constituinte com acervo

Hoje suplente de senador pelo Rio Grande do Sul, João Gilberto Coelho não conseguiu se eleger constituinte pelo PMDB. Mas em compensação desenvolveu, no âmbito da Universidade de Brasília — UnB — um trabalho tão minucioso de acompanhamento do dia-a-dia da Assembleia, que provavelmente detém agora um dos maiores acervos sobre os 20 meses em que parlamentares de todo País estiveram reunidos com o objetivo de elaborar um novo ordenamento jurídico para a Nação. Toda essa tarefa foi desenvolvida por meio do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte — CEAC, que funciona no subsolo da Reitoria da UNB.

O CEAC começou a funcionar em outubro de 1986 se antecipando até mesmo à instalação dos trabalhos da Constituinte e, neste período, além do acompanhamento cotidiano de todas as etapas da Assembleia, publicou três cadernos de estudos. O primeiro sobre as comissões temá-